**O AUTISMO E O ENSINO REGULAR**

BRITES, Leide Helen1

ROLIM, Antônia Jaqueline de Oliveira [[1]](#footnote-1)

MARIA, Debora Cristina1

GOMES, Ediane Correia1

SOUZA, Jocimara Aparecida da Costa1

KOTTEL, Annemaria (professor)[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

Autismo, um assunto que ainda é pouco conhecido, ou melhor que é pouco discutido principalmente por educadores, e por demais profissionais que têm a responsabilidade de lidar com a alteração de comportamento que esta deficiência causa. Portanto é um assunto que vem sendo discutido com maior ênfase e que atualmente, devido à alta demanda de crianças com autismo que estão sendo inseridos em ambientes escolares de ensino, vem muito se especulando sobre o que realmente é o autismo e como se deve realizar a educação para com este aluno. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica realizada se deu desde as fontes teóricas como artigos, livros e sites, tomando como base o autista e a inserção do mesmo. A escola tem uma importante função no que tange ao processo de incluir o aluno autista no ensino regular, porém é necessário dar condições, recursos e oportunidades para que tais alunos aprendam e enfrentem todos os desafios da metodologia de aprendizagem que serão desafiados a enfrentar. É de grande importância a capacitação e especialização dos educadores, para que, a partir daí, possam reconhecer e identificar as inúmeras características que um autista possui. O processo de inclusão e a diversidade são assuntos cada vez mais são discutidos entre os educadores visando uma melhor qualidade da educação especial inclusiva. Em nossos dias as escolas estão oferecendo, reorganizando e criando novos espaços para receber e adequar estes alunos. Para que se haja uma melhor compreensão sobre o Autismo, uma das inúmeras pontas do Iceberg que é o Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), que é caracterizado por suas alterações significativas no que corresponde à comunicação, é preciso saber entender e compreender a maneira de interagir socialmente da criança.

**Palavras chave:** Educação. Inclusão. Autismo. Ensino Regular.

# 1 INTRODUÇÃO

O que é Autismo? É uma síndrome de alta complexidade que influencia em três importantes áreas do desenvolvimento humano: a comunicação, a socialização e o comportamento. Nada se sabe de concreto a respeito do autismo nem tampouco se existe cura para este transtorno, o que se sabe até agora é que, apenas existe tratamento para o controle desta síndrome. Existe, portanto, um entendimento de que quanto mais cedo for diagnosticado e tratado, são melhores as probabilidades de uma qualidade de vida melhor e de uma maior aprendizagem de uma pessoa diagnosticada com autismo.

A inclusão educacional tem por objetivo inserir, livre de distinções, todos quantos são portadores de variados graus de autismo, complexo de seu comprometimento social e cognitivo em diferentes ambientes escolares tradicionais, tendo como principal intuito, o propósito de diminuir atos de preconceitos e traz o fator que tange estimular o processo que visa a socialização de crianças com desenvolvimento anormais, permitindo que desfrutem de espaços e ambientes comunitários com as demais até então, consideradas normais.

Portanto, quando o professor se depara com alunos com autismo, ele tem a obrigação e o dever de educá-lo, ou seja, preparar para a vida, em um ambiente onde já está estabelecido um método de ensino específico, criado para um padrão de aluno. Sendo assim, ao se deparar com um autista e com o mundo em que ele está inserido, uma hipótese se cria, de que os educadores podem não estar aptos e preparados para suprir as necessidades que o autista traz consigo, tendo umas suas próprias dificuldades e o professor precisa estar atentos para supri-las frente aos desafios que surgem junto com estes alunos. Paulo Freitas, e Pinho (2005, p. 9) explicam que:

Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É claro que a aprendizagem dos alunos é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada é necessária para alcançá-la. (Paulo Freitas, e Pinho. 2005)

Seguindo a linha de pensamento citado pelos autores, fica claro que o professor precisa estar apto para trabalhar e educar estes alunos com autismo, pois desde que foi criado o Projeto de Inclusão na Rede Municipal de Ensino, o professor fica apto a receber a formação específica sendo esta teórica e prática, tornando-se assim, preparado para lidar com as situações que podem ocorrer e acontecer no dia-a-dia desses alunos. Então, diante destas possibilidades e dimensões, o professor consegue enfrentar as dificuldades que pode ocorrer com estes alunos, usando a prática pedagógica e a ludicidade com o aluno autista.

O aluno com Autismo, que é o principal foco deste artigo de pesquisa, possui um mundo só seu e diferente, e este precisa estar sempre envolvido com profissionais extremamente habilitados, para que, quando esta criança seja apresentada a eles, possa se houver um trabalho pedagógico e psicológico de maneira eficiente e bem proveitosa, pois no momento em que o mesmo estiver em contato com estas pessoas, e elas demonstrarem não entender a realidade desta síndrome, não terá e tão pouco existirá possibilidades de avanços em sua interação e aprendizagem, como também no avanço de seu tratamento.

No que tange ao processo de incluir o aluno autista no ensino regular, é de grande importância considerar que o mundo só seu e diferente, onde eles se isolam completamente do restante das outras crianças, podem apresentar agressividade em determinados momentos, demonstrando que não quererem fazer o que se foram estabelecidos a elas ou o que se espera delas, ou por situações que não são facilmente identificados pelo professor/educador. Diante de todas as questões que surgem com a problemática, uma se destaca e é a que mais preocupa: Como se fazer para incluir uma criança autista no espaço escolar?

# 2 O AUTISMO

Cunha (2012) descreve, o termo AUTISMO é originário do grego AUTOS, que quer dizer DE SI MESMO. Conforme a Sociedade Americana de Autismo (ASA), o autismo é um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e em sua maioria aparece durante os primeiros três anos de vida da criança, afetando principalmente sua comunicação, sua socialização, sua linguagem e seu desenvolvimento de imaginação. Podemos assim ressaltar que o autismo é definido como TRANSTORNO DO ESPECTRO, onde tem o poder de afetar formas distintas e em diferentes escalas o portador deste transtorno.

De acordo Mantoan (1997), seguindo os estudos realizados pela ASA, ainda são desconhecidas as causas do autismo, mas entre os pesquisadores é um consenso aceitar que tal síndrome se desencadeia de alterações funcionais e estruturais do cérebro, e muitos cientistas procuram respostas para os Aspectos Clínicos do Autismo. Ele descreve que:

O autismo é definido pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigoroso, e três vezes maior se considerarmos casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento. (MANTOAN, 1997, p. 13).

Sobre os aspectos psicossociais, é possível verificar que os portadores de autismo tendência a ficar só, isolados, tendo como consequência a baixa assimilação e reconhecimento das demais pessoas do local em que estão inseridos e que se relaciona, causando aqui as deficiências envoltas nos relacionamentos e nas interações com os demais. O pesquisador e psiquiatra infantil Christian Gauderer (1985) descreve que:

Outra consequência das deficiências da criança autista é que ela está sujeita a se assustar com coisas totalmente inofensivas, talvez devido a um pequeno incidente anterior. [...] Por outro lado, sua falta de compreensão faz com que ignorem perigos reais. Elas podem atravessar a rua na frente do tráfego, ou se equilibrar perigosamente em bordas estreitas de um muro alto, sem medo algum. Às vezes riem de coisas que lhe dão prazer, como uma luz piscando ou a sensação macia de algo que estejam segurando. Outras vezes, sem razão aparente, choram lágrimas de profunda tristeza – como se o mundo fosse demais para eles – e parecem perdidos, desnorteados e assustados. Podem, porém, ser confortados com o carinho e o contato físico de sua mãe ou alguém que conheçam e confiem. (GAUDERER, 1985, p. 120).

No que diz respeito aos aspectos educacionais, o podemos perceber que educar um autista é necessário agir de forma que venha estimular sua integração e interação social com os demais e, neste caso, o ambiente escolar é sem dúvidas, o primeiro e principal passo para a concretização desta integração. Após uma pesquisa de estudo de pessoas autistas, Camargo e Bosa (2009), concluíram que são limitados os estudos e relatos acerca desse tema e, os poucos que existem, apresentam escassez nas referências metodológicas. Sendo assim, é necessário fazer a realização de “(...) investigações que demonstrem as potencialidades interativas de crianças com autismo e a possibilidade de sua inclusão no ensino comum, desde a educação infantil.” (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 65). Seguindo neste mesmo pensamento, Rodrigues e Spencer, (2010) afirmam que:

O modo de atendimento educacional precisa ser visto em uma expectativa conceitual ampla, concentrada no estudo teórico – cientifico das disfunções neurológicas, dos desvios nas funções psicológicas e cognitivas que alteram o funcionamento comportamental do portador de transtorno do Espectro Autístico. (Rodrigues e Spencer. 2010, p. 70)

O Transtorno Global do Desenvolvimento (TDG) como é conhecido, traz em seu contesto inúmeros graus da síndrome de autismo, as fases psíquicas infantis, as Síndromes de Asperger, Kanner e Rett. Aqui se percebe uma relação quanto a socialização, das dificuldades que apresentam os portadores de TGD, no simples ato de conversar e manter esta conversa até o fim, da troca de olhares, e no simples toque com o outro. Estabelecem condutas não verbais e, nos momentos de brincar, tornam preferenciais os objetos, ao invés dos movimentos e das brincadeiras com as demais crianças.

**2.1 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Nos séculos XVIII E XIX, pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas com algum transtorno ou deficiência, eram tratadas como doentes, ditas como ANORMAIS, e estas eram ridiculamente descartadas pela sociedade, que neste tempo já agiam preconceituosa. Foi então a partir do século XX, que se sociedade passou a aceitar e reconhecer essas pessoas, e estas passaram a ter direitos, como qualquer outro ser humano. Foi, portanto, através da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990 na Tailândia, onde, educadores de todo o mundo participaram, que foi aprovada a então “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” que diz:

Que no início da década de 1990 países pobres apontavam que mais de 100 milhões de crianças e jovens não tinham acesso à escolarização básica; e que apenas 2% de uma população com deficiência, estimada em 600 milhões de pessoas, recebia qualquer modalidade de educação. Tais evidências estimularam o consenso sobre a necessidade de concentrar esforços para atender as necessidades educacionais de inúmeros alunos até então privados de direito de acesso, ingresso, permanência e sucesso na escola básica. (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990).

Quando surgiu a Declaração de Salamanca em 1994, criada na Conferência Mundial sobre as Necessidades Especiais pelo governo da Espanha e pela Unesco, onde foi reconhecida a obrigação de o ensino chegar à todas as crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais, seja estas qual for, em ensino regular, tornando assim obrigatória a inclusão deste aluno nos espaços escolares, sendo eles preparados ou não para receber estes.

A presença da educação inclusiva no dia-a-dia é notória, pois está descrito que, “toda criança tem direito à uma educação de qualidade e igualitária”. Porém, se entende que a escola precisa estar preparada para incluir e receber tais alunos, e acima de tudo estar apta em sua realidade, ou seja, escola e governos precisam estar em ligação e parceria, para que as adequações necessárias sejam feitas em todo o ambiente educacional, fazendo com que este aluno se sinta parte do contexto escolar.

Portanto, a educação inclusiva nada mais é do que uma educação igualitária sem limitações, sem preconceitos, sem rejeições, principalmente no que tange aos educadores, precisa e deve ser uma educação para todos, não atentando somente para o quantitativo, mas priorizando a qualidade do ensino, permitindo aos alunos o adquirir do conhecimento, do processo social e do uso de seus direitos quanto seres humanos e detentor do ir e vir, e se permitir seguir seu caminho, seja ele em que direção for. Dyson (2001) e Sánchez (2005) salienta que:

O desenvolvimento de escolas inclusivas - escolas capazes de educar a todas as crianças não é, portanto unicamente uma forma de assegurar o respeito dos direitos das crianças com deficiências de forma que tenham acesso a um ou outro tipo de escola, senão que constitui uma estratégia essencial para garantir que uma ampla gama de grupos tenha acesso a qualquer forma de escolaridade. (DYSON, 2001, p.150 apud SÁNCHEZ, 2005, p.13).

A inclusão de pessoas portadoras de qualquer deficiência, esta pautada e amparada na LDB, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), onde no capítulo V da mesma fica ciente que: “a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando aos mesmos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender às suas necessidades”, dentre outros.

Sendo assim, para se tornar inclusiva a escola deve se adaptar e se predispor a mudar seu espaço físico (este precisa ser adaptado para receber estes alunos, sejam eles em qual deficiência tiver) seu currículo e ambiente em geral, beneficiando todos os alunos sejam eles especiais ou não, transformando seu método educacional, permitindo assim, atingir toda a sociedade escolar. Seguindo este pensamento, o ministério da educação ressalta que a educação inclusiva deve ter:

Capacidade das escolas de atender a todas as crianças, sem qualquer tipo de exclusão. Ou seja, inclusão significa criar escolas que acolham todos os alunos, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais. Escolas que valorizem as diferenças dos alunos como oportunidades para o desenvolvimento dos estudantes assim como dos professores, em lugar de considerá-las um problema a resolver. (BRASIL, 1983, p. 35)

É notório que a escola precisa estar pronta para receber a aluno autista, e este deve conseguir desenvolver o seu aspecto cognitivo e intelectual, porém, antes de tudo a escola precisa de estar ciente e informada deste diagnóstico. Portanto, os autistas necessitam de ambientes educacionais estruturados e adequados às suas necessidades, mas vale ressaltar que esta não é a realidade de nossa rede pública de ensino regular. Coll et al (1995) detalha como deve ser estruturar a escola para a educação do autista:

Em primeiro lugar, refere-se à necessidade de que o ambiente não seja, excessivamente, complexo, senão, pelo contrário, relativamente simples. As crianças autistas têm um maior aproveitamento, quando são educadas em grupos pequenos [...], que possibilitem um planejamento bastante personalizado dos objetivos e procedimentos educacionais em um contexto de relações simples e, em grande parte, bilaterais; Em segundo lugar, o ambiente deve facilitar a percepção e compreensão, por parte da criança, de relações contingentes entre suas próprias condutas e as contingências do meio[...]; E por fim, além disso, o educador deve manter uma conduta educadora[...] estabelecendo, de forma clara e explícita, seus objetivos, procedimentos, métodos de registro, etc. (COLL et al, 1995, p. 286).

O papel do professor vai muito além de sua ação prática na relação ensino-aprendizagem. Ele precisa atuar como um observador analítico, refletindo sobre as atitudes e ações do aluno no ambiente escolar, dando prioridade à sua aprendizagem, ao seu processo de desenvolvimento e à suas aquisições de expressões verbais e gestuais no dia-a-dia fazendo-o interagir de maneira eficiente nas atitudes educacionais que precisam ser mais trabalhadas e mediadas. Assim:

Combinando as qualidades fundamentais no nível atitudinal, cognitivo, instrumental e crítico-contextual, o professor precisa ser aquele educador que, para concretizar o valer, o saber e o saber fazer, entenda, antes de mais nada, a sociedade e a educação em suas várias dimensões (MAZZOTTA, 1993, p.40).

Mazzota (1993) destaca que o professor precisa se adequar a todas as mudanças e todos os progressos e atualizações que possam vir auxiliar em sua ação pedagógica, inclusive aos processos voltados para a ciência e a técnica contemporânea. O autor destaca ainda que, “O bom professor de crianças pequenas é nada mais que um bom observador. A questão principal para um diagnóstico relevante é o que aluno faz e não o que o aluno tem” (MAZZOTTA, 1993, p. 28).

Seguindo esta reflexão acerca do que deve ser uma escola perfeita para a formação destes alunos, não podemos deixar de pensar na formação, capacitação, especialização e no conhecimento do professor dentro de uma perspectiva inclusiva, entendendo-se que, existe mais uma necessidade, e sim uma urgência de que, a sociedade e a escola busquem reestruturar e readequar seu currículo educacional, pensando sobre as perspectivas da educação e assim, através deste processo sigam para uma organização de práticas pedagógicas diferenciadas, voltadas totalmente para a inclusão, estando certos de que, estão fazendo o melhor para atender à este público.

A escola precisa estar bem atenta a todos os alunos com autismo, precisa estar preparada para receber não só estes alunos, mas todos quantos apresentam alguma deficiência.

Toda criança tem o direito a educação, uma criança com uma necessidade educacional especial tem o direito ainda maior, pois ela está mais vulnerável aos muitos problemas que a vida lhe impõe. Para muitos estas crianças são incapazes de viver em sociedade, que têm em sua limitação o preconceito de uma sociedade ignorante, sem visão de futuro, sem perspectiva de mudança.

Graças a uma minoria, que luta pelos direitos de todos, direitos este de igualdade, de liberdade de ir e vir, que temos hoje, pessoas com necessidades especiais, ocupando lugares que seriam de uma pessoa “NORMAL”, se formando em faculdades, buscando seu lugar ao sol, mostrando que mesmo com suas limitações, pode ir mais longe do que qualquer outro. Isso deixa bem claro o papel da escola na formação destes alunos, e principalmente o papel do educador que buscas por novas tendências de ensino, por novos espaços na educação, que com o apoio e preparação da escola está apta a desenvolver uma educação de qualidade, que busca sempre o melhor por seus alunos e que fazem do espaço escolar o mais preparado e acolhedor para os alunos especiais e para os demais também.

É preciso lutar ainda mais, para que a educação se tornem acessível para todos em todo o território brasileiro, e a mesma qualidade seja nos grandes centros ou em currutelas mais distanciadas, e que todos os alunos alcance um futuro digno e próspero através da educação.

**2.2 O AUTISMO E A FAMÍLIA**

Uma família de criança autista, mesmo munida de toda força emocional, não está psicologicamente preparada quando recebem o diagnóstico de autismo. E com isso a convivência com uma deficiência como está se torna difícil, porém ao longo da vida, vão se adaptando e tornando assim mais fácil esta relação. Muitas destas famílias se amparam em religiões, e assim acreditam que, recebendo um filho com tal deficiência, quer dizer, recebendo um filho seja com que deficiência for está assim recebendo a vontade de Deus, e que estes estão sendo testados em todos os níveis de sua fé (RODRIGUERO; YAEGASHI, 2013).

Sendo assim, em uma visão geral, uma criança que tem necessidades especiais educacional, têm limitações em seu dia-a-dia, e sua família também sofre com as consequências e limitações deste transtorno, pois em muitos casos, ficam impedindo até mesmo de viver uma vida social com outras pessoas, fazendo-os a se limitarem em seu próprio mundo, vivendo uma história dentro de seus palácios de cristal, cristal, pois está sensível a qualquer problema e tempestade que possam os afetar, é dentro deste mundo que a criança começa a desenvolver suas relações mais intimas, e começa a partir daí a viver em sociedade, e expressar através dela seus sentimentos e emoções.

Quando a família tem o diagnóstico de um bebe com deficiência, recebem uma sobrecarga com fatores que não esperavam, principalmente quando este traz uma incerteza do futuro desta criança. A partir daí, tendem a desenvolver uma superação de sentimento e de luto, até mesmo de culpa por ter na família uma criança com uma deficiência que não sabem nem como vão lidar com ela, como vão enfrenta-la e como deverão agir do momento em que recebem o diagnóstico em diante.

A família é muito mais do que a base para a educação e crescimento de uma criança, é ela quem guia os primeiros passos, quem direciona e mostra o caminho, quem ensina os princípios básicos de uma educação que vai servir de apoio para toda a vida da criança, até sua faze adulta, e esta tem como princípio norteador da educação do filho, a aquisição da linguagem, pois é através da linguagem que esta criança desenvolverá a comunicação. Quando se trata de uma criança com deficiência, este processo se torna mais lento e complicado, pois muitas destas famílias não estão como foi citada acima, preparadas psicologicamente para lidarem com tal situação, e até mesmo preparar esta criança para uma educação digna da mesma, podendo assim gerar grandes transtornos e desconfortos para esta criança, trazendo até mesmo um trauma que pode ser difícil de superá-lo. Ávila e Silva (2001) concluem que:

Uma família é estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. É também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contado direto, laços emocionais e uma história compartilhada (ÁVILA e SILVA, 2001, p. 101).

A família em um contexto mais direcionado é a primeira instituição que a criança está inserida, ou seja, em que ela tem acesso ao convívio social, e é a partir daí que ela começa a desenvolver sua convivência e sua estruturação com os demais. Partindo do pensamento de Ávila e Silva, é preciso que a família entenda seu papel na educação desta criança, pois assim juntos, família e escola tem um maior resultado quanto ao desenvolvimento educacional e emocional do mesmo.

Quando existe uma parceria entre a família e a escola, diante do aluno com necessidades educacionais especiais, é muito grande o resultado final na preparação e na educação desta criança, pois através de um bom relacionamento o mesmo consegue se libertar de seus medos, a família consegue enxergar um futuro e a escola se sente cada vez mais preparada para lidar com os desafios que é educar uma criança especial. Este desafio não é um problema e sim uma solução, um desafio de amor, de conquistas e de realizações, mostrando que ainda há esperança na educação brasileira, que ainda existem educadores preparados para o trabalho que escolheu realizar, que ainda existem famílias que confiam na instituição educacional, e que acreditam que um futuro melhor para seus filhos existem e que todos são iguais diante da educação.

Fica bem claro, que pais preparados psicologicamente, estão mais aptos a desenvolverem seu papel com mais consciência, disposição e amor para com seus pequenos. Estes têm mais dinâmica na educação de seus filhos, sabem ouvir e estão dispostos a aprender cada vez mais, sejam no dia-a-dia, ou com uma preparação mais profunda, porque o que realmente importa para eles é o bem estar e a felicidades de seus filhos, sejam eles como for.

# 2.3 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica partindo de fontes como artigos, livros e sites, tomando como fundamentação teórica a abordagem da psíquica e educativa contida nos textos aqui referenciados. Seguindo uma linha de pesquisa partindo de outros temas já estudados, temos uma pesquisa embasada em leis, e questões que tendem a partir além dos livros e artigos, passando contar as experiências vividas com alunos autistas.

# 3 CONCLUSÃO

Incluir um aluno, tendo variadas características em uma sala de aula convencional, cria-se a necessidade de intervir nas possibilidades que se permita a este uma integração social, partindo do educacional e emocional com seus colegas e professores. Podemos entender que, o que se diz como ser política de inclusão de crianças no sistema regular educacional, onde se apresentam necessidades especiais, não se dá apenas na estadia diária desses alunos, mas também no enquadramento do mesmo no espaço escolar de forma que o estimule a conviver com os demais de maneira integrada e dinâmica.

Partindo dos diversos estudos é possível identificar que, as causas do AUTISMO ainda são um tanto desconhecidas e que, muitos pesquisadores estão buscando teorias que venham de algum modo revelar e explicar a origem desse transtorno e que trazer resposta para o questionamento de suas principais características, como o simples fato de não compreender como os demais, a fixação por um brinquedo, por uma atitude, por um movimento ou por uma parte do corpo, por um cheiro ou por uma roupa.

Conforme a Lei nº 12.764, que traz a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012, § 1º, Incisos I e II), “[...] deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social [...], com [...] padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns [...]”, fica claro que, as atitudes destes alunos devem ser levadas em consideração, a família e a escola precisam aprender a lidar com isso de forma respeitosa e passiva, permitindo ao aluno, uma liberdade onde ele possa através de seus transtornos buscarem se encontrar e aprender a respeitar os limites e regras que a eles são impostos.

A família precisa estar bem presente no dia-a-dia da criança, se envolvendo em suas atividades educacionais, se preocupando, buscando junto com a escola soluções cabíveis para os desafios que a escola apresenta. Nunca devem deixar a educação do educando somente com a escola e professores, deve-se impor diante de algo, e acima de tudo, demonstrar o afeto que a criança precisa ter ser mais que pais, serem amigos, companheiros, serem passivos a tudo e a todos, se tornar leões para defender suas crias, diante de uma sociedade imatura, preconceituosa e insensível para com crianças portadoras de necessidades especiais.

É imprescindível o envolvimento entre pais/professores/escola/pais/comunidade, pois, como mediadores que fazem frente à educação destas crianças, são fundamental garantir a adaptação e aprendizagem junto aos demais estudantes. Sendo assim, precisa-se fazer necessário contemplar todos fatores que ocorrem especificamente entre as famílias que possuam um filho autista, estas devem buscar interagir e inserir estes nos ambientes escolares e sociais, permitindo-os que tenham uma vida e uma educação dentro dos parâmetros normais, voltados para sua interação e seu respeito quanto à seres humanos e acima de tudo quanto criança.

Por isso: *“As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus voos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar.’’ Jesica Del Carmen Perez*

# REFERÊNCIAS

ÁVILA, Eliete Mattos; SILVA, Simone Regina Medeiros da. Processos da vara da família- aspectos introdutórios. In: **O Serviço Social no poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis Divisão de Artes Gráficas, 2001, p. 101-115.

BRASIL, Ministério da educação e Cultura. **Centro Nacional de Educação Especial. Atividades e recursos pedagógicos para deficientes da audição**. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1983.

BRASIL. MEC. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP. 1996.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial**. Brasília: setembro. 1999.

Bruno, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão: introdução**. [4. ed.] . – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades Educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DECLARAÇÃO **mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/ images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 23 dez. 2016.

DYSON, A. apud SÁNCHES, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Sec. da Ed.Especial, v.1, n.1. Brasília: Sec. da Ed. Especial, 2005, p. 7-18.

GAUDERER, E C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais**. São Paulo: Sarvier, 1985.

GOMES, C. G.; MENDES, E. G. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de belo horizonte**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Fundamentos da educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1993.

PAULON, S. M; FREITAS, L. B. L;, PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão** – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005

RODRIGUES, J. M. C.; SPENCER, E. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de janeiro: Wak, 2010.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. **A Família e o Filho Surdo: uma investigação acerca do desenvolvimento psicológico da criança segundo a abordagem histórico-cultural.** Curitiba: CRV, 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** 1994. Disponível em:

**http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf**. Acesso em: 25 out. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. TEIXEIRA, Paulo. Asperger. 2005. Disponível em: **http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0254.pdf.** Acesso em 25 out. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. TRANSTORNO AUTISTA. Disponível em: **http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm\_janela.php?cod=21**. Acesso em: 26 out. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Revista Meu Cérebro. **Frases sobre Autismo**. Disponível em:

[**http://meucerebro.com/19-frases-inspiradoras-sobre-o-autismo-retiradas-das-redes-sociais/**](http://meucerebro.com/19-frases-inspiradoras-sobre-o-autismo-retiradas-das-redes-sociais/). Acesso em: 22 dez. 2016.

1. Alunas Antônia Jaqueline de Oliveira Rolim, Debora Cristina Maria, Ediane Correia Gomes, Leide Helena Brites e Jocimara Aparecida da Costa Souza, de pós graduação em educação especial e inclusiva. [↑](#footnote-ref-1)
2. Annemaria Kottel, Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, em Educação Especial e Inclusiva, em Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional orientadora de TCC do Centro Universitário Internacional Uninter. [↑](#footnote-ref-2)